

# Modelos teóricos de análise da evasão no ensino superior aplicados à pesquisa sobre acompanhamento acadêmico dos discentes do setor público

*Eduardo Henrique Narciso Borges*

O objetivo deste artigo é desenvolver uma análise sobre as potencialidades dos distintos modelos analíticos para o aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas a respeito da evasão discente no ensino superior. Sendo assim, o trabalho visa analisar por meio da revisão de literatura as peculiaridades apresentadas pelas pesquisas sobre evasão e os principais problemas que envolvem as probabilidades de permanência dos estudantes, que se tornam menores quando tratamos de estudantes que não se enquadram no perfil “tradicional”: branco, de classe média e com disponibilidade para dedicação exclusiva aos estudos.

**Palavras-chave:** ensino superior, desigualdades, acesso, evasão, acompanhamento acadêmico

Professor substituto na Faculdade de Educação da UFRJ. Doutorando em sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil), mestre pelo mesmo programa e graduado em ciências sociais pela UFRJ. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior (Lepes/FE/UFRJ) e do Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (Lapes/PPGSA/UFRJ).

E-mail: [eduardonarcisorj@gmail.com](mailto:eduardonarcisorj@gmail.com)

**Theoretical Model of Analysis of Dropout in Higher Education Applied to Research on Academic Follow-Up of Public Sector Students** aims to develop an analysis on the potentialities of the different analytical models for the deepening of the theoretical and methodological discussions regarding student drop out in higher education. Thus, this paper aims to analyze, through literature review, the peculiarities presented by the evasion research and the main problems that involve the students' probabilities of permanence, which become smaller when we deal with students who do not fit the traditional “profile”: White, of middle class and with availability for exclusive dedication to studies.

**Keywords:** higher education, inequalities, access, drop out, academic follow-up

## Introdução

A evasão no ensino superior é um problema grave e se trata de uma questão social, acadêmica e econômica que impõe sofrimento

aos indivíduos que vivenciam a interrupção de seu projeto educacional e profissional, e prejuízo em termos de recursos despendidos até aquele momento na formação dos estudantes, bem como a perda de potenciais profissionais para o mercado de trabalho e a vida acadêmica. O desafio das pesquisas sobre evasão, além de dar conta de seus efeitos sociais, é compreender a multidimensionalidade da questão e os diversos fatores de ordem material e subjetiva que atuam concomitantemente para produzir a evasão.

A expansão da oferta e do acesso ao ensino superior nas últimas décadas impõe um grande desafio para as instituições de ensino, pois a ideia de democratização, que conduziu tanto a elaboração das políticas de expansão como o diálogo entre as instâncias técnicas e políticas que levaram os projetos adiante, implica que a garantia do acesso não é o suficiente. A permanência e conclusão dos cursos é uma necessidade para que as políticas e os investimentos associados tenham efetividade. A pesquisa empírica se torna necessária tanto do ponto de vista científico, fornecendo análises significativas para o enriquecimento teórico da disciplina, como do ponto de vista sócio-político, como forma de *feedback* à sociedade e contribuição para aprimoramento das políticas.

Na primeira seção deste artigo, traço rapidamente o contexto atual do ensino superior brasileiro e situo como a evasão se configura um problema para análise sociológica. O interesse não é simplesmente saber quantos estudantes evadem a cada ano ou produzir uma lista das razões mais frequentes, mas compreender qual é a correlação entre experiências anteriores e as experiências no ensino superior na construção da evasão.

Neste trabalho defendo que a evasão não é um fenômeno que acontece como uma decisão repentina. É um processo de acúmulo de situações problemáticas que se inicia logo após o ingresso. Devido a isso, destaco a ideia de “desgaste” do estudante não tradicional como uma série de acontecimentos e problemas que aos poucos diminuem a capacidade de resiliência.

A segunda seção traz um apanhado de algumas referências clássicas que foram importantes para o desenvolvimento das pesquisas sobre desigualdades educacionais a partir de meados do século XX nos Estados Unidos e que influenciaram a reflexão brasileira sobre o tema. Os trabalhos de Vincent Tinto (1975), John Bean e Barbara Metzner (1985), Alexander Astin (1999), Ernest T. Pascarella & Patrick T. Terenzini (1980), Pascarella et al. (2004), entre outros, formaram o quadro teórico que inspirou pesquisadores, seja no campo liberal ou da esquerda. A partir daí, é possível indicar alguns dilemas pelos quais os estudantes de menor renda passam durante suas trajetórias nas universidades públicas que, a despeito do processo de democratização, ainda se configuram

tendo como referência um perfil de estudante privilegiado que tem disponibilidade para estudar em tempo integral. As universidades foram durante muito tempo um espaço de socialização de elites no qual os estudantes “novatos” são *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000).

No caso do estudo de Norbert Elias e John Scotson (2000), na comunidade operária de Winston Parva não havia diferenças objetivas que diferenciavam os grupos de trabalhadores residentes. A antiguidade da ocupação do espaço e a construção de laços de solidariedade garantiam a coesão do grupo. Neste trabalho, ainda que existam diferenças econômicas e sociais entre os diversos grupos de estudantes, é possível mobilizar essa referência para discutir a solidariedade de um grupo de estudantes tradicionais que já estão consolidados no sistema, inclusive pela história familiar. Assim podemos identificá-los como “estabelecidos” em contraposição aos novos estudantes “outsiders”. Pretendo, neste trabalho, conciliar uma análise estrutural com outra subjetiva, observando como as duas esferas dialogam e formam a multidimensionalidade que tantas vezes será enfatizada no decorrer do texto.

## **Métodos**

A estratégia utilizada neste trabalho é deveras clássica. Em certa medida busca refletir sobre a adequação das teorias para a estruturação do trabalho sociológico de pesquisa sobre desigualdades educacionais. Trata-se de uma revisão de literatura que tem como objetivo analisar possibilidades teóricas e metodológicas para tratar o tema da evasão discente no ensino superior. Nesse sentido, buscarei argumentar em prol de um modelo teórico holístico que não repouse em reducionismos analíticos, nem que lhe seja conferida ênfase demasiada em fatores macrosociológicos ou microsociológicos das relações *face-to-face*. Para isso, recorri à extensa bibliografia para embasar a argumentação desenvolvida adiante, buscando criar pontos de ligação com as características atuais do sistema de ensino superior brasileiro.

## **Evasão: delimitação conceitual e eixos de análise**

Brian Turner (1989) indicava que as sociedades modernas são marcadas pela correlação entre credencialismo educacional e mobilidade social. Dessa forma, a questão das trajetórias dos estudantes ganha bastante relevância nas pesquisas sociológicas sobre desigualdades educacionais. Ana Cristina Collares e Antônio Augusto Prates (2014) proporcionaram uma contribuição teórica importante ao analisarem a oposição entre teorias da modernização

e teorias da reprodução. As primeiras, de influência liberal, consideram a educação o principal elemento de equalização de oportunidades, e seus defensores veem a expansão dos sistemas como positiva por dar oportunidades a indivíduos que, de outra maneira, não conseguiriam romper as barreiras e ingressar no ensino superior. Já as segundas, inspiradas pela sociologia de Pierre Bourdieu, consideram a expansão uma sofisticação da hegemonia ideológica burguesa, que confere uma aparência de democratização ao sistema, mas ao mesmo tempo mantém os mecanismos de reprodução de desigualdades, obscurecendo e minimizando as barreiras de mobilidade e legitimando assim o sistema educacional.

Arnaldo Mont’Alvão (2011) destaca que um sistema escolar é mais aberto ou democrático quanto menor for a correlação entre origens sociais e o desempenho desses estudantes ou o ponto em que podem chegar. A tarefa de analisar a multidimensionalidade dos fatores que causam a evasão no ensino superior deu origem a diversas abordagens teóricas e metodológicas que têm tentado viabilizar a análise sociológica da questão. Esse é um tema clássico para a sociologia da educação que, a partir da década de 1960, passou por um questionamento dos paradigmas funcionalistas no campo educacional e das desigualdades no interior dos sistemas de ensino, dando origem aos estudos de estratificação horizontal. Assim, temos disponível um número extenso de referências que auxiliam em nosso trabalho.

A própria definição do termo “evasão” é controversa e existem algumas possibilidades de conceituação. Podemos adotar uma definição geral simples bastante adequada: evasão seria a saída definitiva do aluno da universidade sem a conclusão do curso, causada por motivações próprias, sejam de ordem material ou subjetiva. Este artigo se dedica a analisar a evasão a partir dessas motivações. Esse é um problema que atinge estudantes de todos os níveis sociais e cursos, assumindo feições distintas a depender do perfil socioeconômico dos estudantes e das necessidades correlatas a esse perfil. A hipótese é de que problemas subjetivos e psicológicos afetam a todos, mas que, no caso dos estudantes mais pobres, são potencializados pelas carências econômicas.

Bean e Metzner (1985) representam uma vertente teórica que confere maior ênfase aos fatores materiais da evasão. A “decisão” de abandonar os estudos não seria motivada em primeiro plano por fatores cognitivos. Essa decisão nem sempre é voluntária. As condições práticas muitas vezes impedem a continuidade dos cursos para grande parte dos estudantes. Isso indica um elemento de desigualdade que tira a liberdade dos indivíduos de decidirem plenamente sobre suas vidas.

Os autores desenvolveram um modelo baseado na definição dos perfis discentes, conhecido como “modelo de desgaste do estudante não tradicional”, entendendo como tal aqueles que trabalham e não possuem as características dos grupos tradicionais no ensino superior americano. No caso brasileiro, são identificados como estudantes não tradicionais os primeiros de suas famílias a cursarem o ensino superior (estudantes de primeira geração, não brancos, que não possuem disponibilidade para dedicação exclusiva aos estudos, fora da idade considerada ideal para o ensino superior (18 a 24 anos), entre outras características que os diferenciam dos seus pares de classe média e alta. Esses estudantes sofreriam um desgaste que aumentaria significativamente as chances de evasão devido aos desafios cotidianos que sua situação econômica lhes imporia.

Como forma de dar conta desse problema, Pascarella et al. (2004) propuseram um modelo para analisar as trajetórias dos estudantes de primeira geração no ensino superior americano que oferece boas possibilidades de aplicação ou adaptação para a pesquisa no cenário brasileiro. A pesquisa desses autores foi realizada em 18 universidades situadas em 15 estados americanos e contou com a participação de milhares de estudantes. A perspectiva teórica amplamente mobilizada aborda a questão a partir das lentes do capital social e cultural dos estudantes e privilegia quatro eixos principais que norteiam a discussão: características demográficas ou pré-universitárias (sexo, renda, cor da pele, idade, educação da família etc.), características da instituição (organização administrativa e acadêmica), experiências acadêmicas (tempo dedicado aos estudos, créditos de disciplinas cumpridos, atividades extracurriculares) e experiências não acadêmicas dos estudantes (responsabilidades domésticas, trabalho, lazer, esportes etc.). Esses quatro eixos permitem a elaboração de um quadro teórico que permita trabalhar empiricamente a evasão. Na próxima seção serão analisadas algumas perspectivas para aprofundamento da questão.

## **Discussão**

Quando pensamos em evasão, o impacto dos fatores materiais é evidente quando se trata de instituição privada. A impossibilidade de arcar com as mensalidades é um fator decisivo, mas mesmo no setor público gratuito os recursos financeiros continuam sendo cruciais. O gasto com materiais, livros, fotocópias, transporte, alimentação, participação em atividades de formação complementar, eventos, dentre outros se torna um elemento impeditivo. A própria noção de “escolha” fica prejudicada, visto que as possibilidades para esses estudantes são mais restritas do que as

de seus pares mais privilegiados. Partindo desse ponto, podemos nos dedicar aos quatro eixos destacados na seção anterior.

Reconhecendo a multidimensionalidade do problema, seria necessário recorrer a um referencial teórico-metodológico que não se estruture em uma visão reducionista, seja ela objetivista ou subjetivista. A primeira, fortemente estruturalista, conferiria caráter determinante das variáveis econômicas nas possibilidades individuais, enquanto a segunda colocaria ênfase demasiada na agência dos indivíduos, sem considerar o impacto dos condicionamentos sociais tanto da escolha do curso como da tomada de decisões. Assim, seria mais adequado pensar em possibilidades teóricas que analisassem como os indivíduos se constroem nesse processo educacional tendo as variáveis socioeconômicas como elementos importantes a serem considerados, visto que estudantes tradicionais tenderiam a evadir menos por motivos financeiros que seus pares mais pobres (PORTES, 2001) e que estudantes mais pobres também podem adotar estratégias para superar essas dificuldades. Em algumas situações, a própria dificuldade enfrentada pode ser mobilizada como elemento de incentivo para continuar (LACERDA, 2014).

Fatores da experiência que antecedem o ingresso na universidade e as características pessoais do aluno influenciam fortemente na permanência (TINTO, 1975; ALMEIDA, 2009, 2014). A própria seletividade dos cursos é fortemente ligada às condições econômicas das famílias, visto que influenciam na capacidade das mesmas de custear a preparação de seus filhos para o ingresso nos cursos mais seletivos, impactando na posterior evasão. As estratégias de ascensão social das classes médias são bem organizadas (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2017) e as chances de que um estudante desse estrato desista do curso tendem a ser menores do que as de estudantes mais pobres, que muitas vezes escolhem cursos que não seriam suas primeiras opções, mas sim cursos que consideram de conclusão mais viável (noturnos, com menores custos, recorrentemente menos prestigiados e com menores retornos salariais).

Esse cenário aumenta a “pressão” sobre a verificação de eficácia de alguns pontos das políticas de democratização relacionados à permanência e acompanhamento do desempenho dos estudantes, fazendo com que as ações das instituições de ensino, seus gestores e funcionários ganhem centralidade dentro da teoria. A análise teórica dessa questão é complexa e, em vez de produzir variedade de “soluções”, nos coloca ainda mais problemas e perguntas.

Uma das principais contribuições que auxiliam na construção das questões empíricas é a sociologia da experiência de François Dubet (2015). Seu trabalho retoma as discussões reprodutivistas no

campo educacional e busca afastar um caráter determinista das desigualdades nas possibilidades de progressão educacional e acesso ao ensino superior. Sem negar o efeito das variáveis socioeconômicas o autor discute com Bourdieu e indica que os estudantes mais pobres enfrentariam maiores obstáculos para chegar ao mesmo patamar de seus pares mais favorecidos, mas esse trajeto não seria impossível. Essa primeira etapa do acesso é fundamental para a compreensão da permanência. Dubet (2015) indica que democratização e massificação não são congruentes.

É o que ocorre em certos países, como o Brasil e a França, onde as formações de maior prestígio são, ao mesmo tempo, gratuitas e, na realidade, reservadas às elites acadêmicas e sociais. Também não é incomum que os estudos de menor prestígio feitos por estudantes de meios mais modestos sejam pagos. Nesse caso, a gratuidade é um presente dado aos ricos (DUBET, 2015, p.7).

A forma como as desigualdades se estruturam favoreceria as trajetórias dos mais privilegiados e aqui reside a importância da discussão das ações para a permanência e a busca pela igualdade de oportunidades. Para o autor, os indivíduos poderiam mobilizar subjetivamente suas capacidades de agência para construir alternativas para alcançar seus objetivos. Mesmo uma teoria da escolha racional que tende a priorizar a ação racional segundo os fins não exclui os elementos subjetivos, como as preferências individuais, habilidades e expectativas dos estudantes (NOGUEIRA, 2012).

Uma observação importante é que igualdade de oportunidades não é sinônimo de igualdade de condições. Dificilmente alguma sociedade conseguirá proporcionar a todos os seus membros as mesmas condições econômicas e de vida. A questão colocada é sobre critérios de justiça (RAWLS, 1997): como proporcionar que, independente da origem social, todos aqueles que desejarem possuam as mesmas chances de acesso às áreas e posições de seu interesse, principalmente aquelas mais prestigiadas e que oferecem as maiores remunerações no mercado de trabalho. A questão do mérito e das oportunidades educacionais é central no debate.

Graham et. al. (2013) desenvolvem uma análise que dá apoio à discussão sobre as necessidades materiais dos estudantes. A evasão no ensino superior não seria um *acontecimento* que ocorre repentinamente sem nenhum sinal anterior. Na verdade, se trataria de um *processo* iniciado no momento em que o estudante ingressa na universidade e que comporta uma série de variáveis. Assim sendo, a evasão seria um fenômeno multidimensional e multicausal.

A trajetória do estudante seria importante justamente por causa dos diferentes condicionamentos sociais de acordo com o perfil das famílias (renda, local de moradia, escolarização dos pais, ocupação etc.) que possuem forte tendência de impacto no processo

de escolha da carreira (BARBOSA, 2015; BORGES, 2018). Aqui se observa um grande problema que existe ainda na educação básica: a ausência de iniciativas de orientação profissional ou vocacional. Grande parte dos estudantes toma a decisão sobre o ensino superior a partir de informações superficiais ou idealizadas e essa ausência de informação é um dos principais fatores que levam a posterior evasão (ABIATTI et al., 2017).

Assim, o modelo longitudinal sugerido no trabalho de Vincent Tinto (1975) se torna ainda mais importante para elucidar essa dimensão da trajetória. O autor sugere que os estudantes deixam a universidade devido à falta de integração ao ambiente acadêmico e social da universidade. O trabalho de Wilson Mesquita de Almeida (2009) sobre estudantes de menor renda na Universidade de São Paulo (USP) é um excelente exemplo de trabalho ilustrativo sobre as dificuldades que esses estudantes enfrentam para construir um sentimento de pertencimento à universidade que figura como um “novo mundo”, com dinâmicas que são estranhas aos mesmos. A imersão na universidade e a fruição do que esta pode oferecer se constitui em um desafio que, quando o estudante não é bem-sucedido, tende a implicar em evasão ou baixo rendimento.

Tendo em vista esse problema, os primeiros períodos são essenciais para a formação da “identidade” do estudante e adaptação aos *habitus* de sua carreira. “Aprender” a ser estudante universitário é um processo mais difícil para aqueles com menor capital cultural e social familiar. Assim sendo, até mesmo os professores designados para as disciplinas dos primeiros períodos podem influenciar na “decisão” de evadir (GRAHAM et. al., 2013). O argumento aqui não é afirmar que a rigidez e o zelo da avaliação docente seria um problema. Porém, professores com menos disposição para lidar com as idiosincrasias de um aluno iniciante contribuiriam para a formação de uma imagem negativa da própria carreira, podendo aumentar a chance de evasão. O argumento segue na direção da necessidade de uma preparação específica para os professores que lecionam para estudantes nos períodos iniciais.

Pascarella e Terenzini (1980) indicam que a relação entre aluno e professor é muito importante para a afiliação acadêmica e simbólica dos estudantes. O tipo de relacionamento investigado pelos autores não se resume ao existente no espaço da sala de aula. A frequência com que os calouros mantêm contatos informais com os professores e a qualidade desses contatos favorecem as experiências e os resultados educacionais desses alunos no início de curso. Não se trata de amizade no sentido estrito do termo, mas de uma convivência que permita que os iniciantes na carreira possuam referências profissionais com as quais possam evoluir tecnicamente e utilizarem como modelo de atuação futura. Essa discussão reforça

a importância e a necessidade de adicionar à discussão estrutural dos estudos de desigualdades educacionais a dimensão do simbólico.

Esse convívio, como dito acima, favorece a participação na comunidade científica, outro fator de grande relevância. Além da criação de vínculos com os colegas, favorece a formação de um *habitus* profissional que auxilia o estudante a permanecer no curso. Os autores indicam (na pesquisa no contexto americano) que estudantes engajados em atividades de iniciação científica e estágio nos dois primeiros anos possuem menor probabilidade de evasão do que aqueles que não se engajam.

No Brasil, Manoel de Almeida Neto (2015) aponta que a maior presença de estudantes em atividades extracurriculares também influencia positivamente nas possibilidades de permanência. A satisfação com o curso facilita, inclusive, a maneira como lidam com os problemas materiais da permanência e mesmo com a relação com os problemas e dificuldades estruturais da instituição. Mauro de Oliveira Magalhães (2013) indica que a credibilidade da universidade e a perspectiva de retornos futuros aumentam o vínculo do estudante com a instituição. Ao longo do curso, o estudante investe quantidade considerável de tempo, esforço físico e mental nessas atividades de formação. Esse “investimento” é o conceito chave do trabalho de Astin (1999), que já indicava os achados dos autores citados sobre o contexto brasileiro. A teoria do envolvimento do estudante defende que esse esforço de não perder o trabalho realizado é um incentivo para que o estudante evite tomar a *decisão* de evadir.

As grandes questões que afetam a vida dos estudantes de menor renda estão relacionadas justamente ao processo de expansão do ensino superior. Tem a ver com a forma como as instituições de ensino lidam com as dificuldades acadêmicas e de inserção desse grande número de estudantes. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)<sup>1</sup> indica uma série de obrigações que as instituições de ensino superior (IES) devem cumprir, sendo que há grandes limitações em termos de recursos, infraestrutura e funcionários para que sejam plenamente atendidas, como por exemplo, assistência à saúde, creche universitária, auxílio psicológico, dentre outras medidas previstas no Plano.

A trajetória da formação superior é difícil para todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou renda familiar, sendo que ela se torna ainda mais complexa quando a instituição não consegue superar as limitações materiais e de disponibilidade de pessoal para garantir um acompanhamento mais próximo dos estudantes que necessitam.

## Considerações finais

Este trabalho reafirma o caráter multidimensional da evasão discente no ensino superior. Uma conjugação de fatores econômicos e da subjetividade individual criam as condições para que a evasão ocorra. A discussão deixa claro que o que leva à “decisão” de evadir varia de acordo com o indivíduo envolvido. Ainda que assumamos uma multicausalidade do fenômeno, não é possível criar um tipo ideal que concilie todas essas dimensões e que possamos usar como chave interpretativa para todos os casos.

Ainda assim, a revisão da literatura apresenta grandes contribuições analíticas que nos permitem traçar quadros de possibilidades que podem ser redimensionados no âmbito da pesquisa. Os modelos teóricos analisados proporcionam uma estrutura analítica que não se resume à simples descrição dos casos, mas consegue reunir em um arcabouço teórico coerente um fenômeno diverso e complexo, escapando de categorias do senso comum. A conciliação entre esfera material e subjetiva permite analisar como o fenômeno é influenciado pelo perfil socioeconômico dos indivíduos e suas trajetórias de vida.

O artigo evidencia a grande dificuldade das instituições de ensino superior para garantir medidas de prevenção à evasão discente. Outro grande problema é que grande parte dos problemas que afligem os estudantes de menor renda ultrapassam a esfera de ação da universidade, que enfrenta problemas orçamentários complexos para a manutenção de suas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão). Isso limita bastante as iniciativas de acompanhamento discente e a assistência à permanência, tanto do ponto de vista das bolsas de auxílio como da manutenção de pessoal dedicado exclusivamente aos programas.

Como indicado no início deste trabalho, a análise desenvolvida indica problemas sobre os quais autoridades educacionais, instituições, gestores, técnicos em assuntos educacionais, professores e outros envolvidos no cotidiano acadêmico precisam se dedicar para que seja possível alcançar a democratização do sistema de ensino superior, bem como a plena inclusão dos estudantes e seu ingresso no mercado de trabalho. Tudo indica que há um longo caminho a ser percorrido em um futuro repleto de incertezas.

## Referências

ABIATTI, Giovani; ARGENTIN, Gianluca; BARONE, Carlo [e] SCHIZZEROTTO, Antonio. (2017), “Information Barriers, Social

Inequality, and Plans for Higher Education: Evidence from a Field Experiment”. *European Sociological Review*, Vol. 33, nº 1, pp. 84-96.

ASTIN, Alexander W. (1999), “Student Involvement: A Developmental Theory for Higher Education”. *Journal of College Student Development*, Vol. 40, nº 5, pp.518-529.

ALMEIDA NETO, Manoel de. (2015), *Novos atores no ensino superior brasileiro: Impactos do perfil socioeconômico e das condições pós-ingresso sobre o fluxo escolar e inserção profissional de estudantes de ciências sociais de uma instituição privada*. Tese (doutorado), PPGS, UFMG.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. (2009), *USP para todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública*. São Paulo, Musa Editora.

\_\_\_\_\_. (2014), “Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública”. Em: PIOTTO, Débora Cristina (org.), *Camadas populares e universidades públicas: Trajetórias e experiências escolares*. São Carlos, Pedro e João Editores.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. (2015), “Origem social e vocação profissional”. Em: HERINGER, Rosana [e] HONORATO, Gabriela (Orgs). *Acesso e sucesso no ensino superior: Uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro, 7 letras/ Faperj, pp. 48-75.

BEAN, John P [e] METZNER, Barbara S. (1985), “A Conceptual Model of Nontraditional Undergraduate Student Attrition”. *Review of Educational Research*, Vol. 55, pp. 485–540.

BORGES, Eduardo H. N. (2018), “A escolha da carreira: Entre o sonho e as possibilidades”. *Revista Contemporânea de Educação*, Vol. 13, nº 27.

BOURDIEU, Pierre [e] PASSERON, Jean Claude. (1975), *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.

BOURDIEU, Pierre. (2000), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (2013), *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk.

COLLARES, Ana Cristina [e] PRATES, Antônio Augusto. (2014), *Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: O caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. Belo Horizonte, Fino Traço.

DUBET, François. (2015), “Qual a democratização do ensino superior?”. Caderno CRH, Vol. 28, n° 74, pp. 225-265.

ELIAS, Norbert [e] SCOTSON, John. (2000), Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar.

GRAHAM, Mark J.; FREDERIK, Jennifer; BYARS-WINSTON, Angela; HUNTER, Anne-Barrie [e] HANDELSMAN, Jo. (2013), “Increasing Persistence of College students in STEM”. Science Mag, Vol. 341, n° 6153, pp. 1455-1456.

LACERDA, Wania. (2014), “De escolas públicas estaduais ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA): A fabricação das exceções”. Em: PIOTTO, Débora Cristina (org.), Camadas populares e universidades públicas: Trajetórias e experiências escolares. São Carlos, Pedro e João Editores.

MAGALHÃES, Mauro de Oliveira. (2013), “Sucesso e fracasso na integração do estudante à universidade: Um estudo comparativo”. Revista Brasileira de Orientação Profissional, Vol. 14, n° 2, pp. 215-226.

MONT’ALVÃO, Arnaldo. (2015), “Diferenciação institucional e desigualdades no ensino superior”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 30, n° 88, pp. 129-143.

NOGUEIRA, Claudio. (2012), “Escolha racional ou disposições incorporadas: Diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores”. Estudos de Sociologia, Vol. 2, n° 18, s/p.

NOGUEIRA, Cláudio; NOGUEIRA, Maria Alice. (2017), Bourdieu & a educação. 4ªed. Belo Horizonte, Autêntica.

PASCARELLA, Ernest T.[e] TERENCEZINI, Patrick T. (1980), “Predicting Freshman Persistence and Voluntary Dropout Decisions from a Theoretical Model”. The Journal of Higher Education, Vol. 51, n° 1, pp. 60-75.

PASCARELLA, Ernest T.; PIERSON, Christopher T.; WOLNIAK, Gregory C. [e] TERENCEZINI, Patrick T. (2004), “First-Generation College Students: Additional Evidence on College Experiences and Outcomes”. The Journal of Higher Education, Vol. 75, n° 3, pp. 249-284.

PORTES, Écio. (2001), Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: Um estudo a partir de cinco casos. Tese (doutorado), UFMG.

RAWLS, John. (1997), Uma teoria da justiça. São Paulo, Martins Fontes.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa [e] SCHLEGEL, Rogério. (2015), “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010)”. Em: ARRETCHE, Marta (org.), Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo, Editora Unesp.

TINTO, Vincent. (1975), “Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research”. Review of Educational Research, Vol. 45, n° 1, pp. 89-125.

TURNER, Brian. (1989), Status. Lisboa, Estampa.